

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS **Em 30 de setembro de 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Companhia" ou "Enel Distribuição Ceará"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria "A", com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. ("Enel Brasil" ou Enel), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália) é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em 13 de maio de 2028.

1.1 Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia (Covid-19), a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concedeu um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020. A bonificação foi concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, estão sendo recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, sem prejuízo financeiro para a Companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 69.793, concedido desde 2 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento. Sendo que do total concedido de desconto, a Companhia possui saldo a recuperar, de R\$ 3.451 – vide nota explicativa nº 8.

Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuariam a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos. A bandeira escassez hídrica teve vigência de 01 de setembro de 2021 a 15 de abril de 2022, pela qual a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

1.2 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 4.495, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e está sendo repassado aos consumidores desde o ciclo tarifário abril de 2022 - vide nota explicativa nº 10 - Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros.

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia. Os pedidos de reequilíbrio deveriam ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irreversíveis, ocorrida conforme o Despacho nº 663/2022.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da "Conta Escassez Hídrica", sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 09 de maio de 2022 no montante de R\$ 273.449, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais - vide nota explicativa nº 10. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim a apresentação dessas informações estão condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – ("CVM"), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia Energética do Ceará – Coelce, para o exercício findo em 31 de dezembro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS **Em 30 de setembro de 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de 2021, emitidas em 21 de fevereiro de 2022 (última demonstração contábil anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 25 de outubro de 2022.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Ceará) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

2.1.5 Reclassificações de saldos comparativos

A Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu aos seguintes ajustes e reclassificações nas suas demonstrações do resultado e do valor adicionado de 30 de setembro de 2021, originalmente autorizadas em 25 de outubro de 2021 conforme demonstrado a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

seguir, seguindo as orientações emanadas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e a IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB:

(a) A Companhia revisou suas políticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de “Receita financeira”, no resultado financeiro, poderia ser melhor classificada no grupo de receitas operacionais, alinhando sua política com a de distribuidora do mesmo grupo econômico, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica. Trata-se nesse caso, de uma mudança de política contábil e não de correção ou retificação de erro. Tal conclusão está suportada pelos seguintes elementos:

- O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de “WACC”;
- Investir em infraestrutura é a atividade precípua de seu negócio, e o seu modelo de gestão está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura;
- As receitas tarifárias representam tanto o retorno do ativo intangível quanto uma parte do retorno do ativo financeiro, pelo fato de esses dois ativos contábeis integrarem a base regulatória de remuneração. E as receitas tarifárias estão totalmente registradas como parte da “Receita Operacional Líquida”;
- A mudança dessa política contábil não implica em dizer que a política contábil anterior estaria inadequada, uma vez que a norma permite as duas interpretações. A Companhia entende que a nova política é um aprimoramento e permite melhor refletir a essência econômica dos contratos de distribuição de energia elétrica, bem como o pleno alinhamento de política contábil para o segmento de distribuição do Grupo Enel;
- A maioria das companhias de distribuição de energia elétrica no Brasil adota a política agora implementada pela Companhia. Entendemos que essa mudança possibilita aos usuários das demonstrações uma melhor comparabilidade das demonstrações contábeis entre as empresas do setor.

A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. O impacto desse assunto no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 é uma reclassificação de R\$ 216.364 da receita financeira para o resultado operacional (nota explicativa nº 29), sem efeito líquido na DRE.

(b) Encargos do consumidor (CCRBT), classificados como “Deduções da receita”, anteriormente apresentados como “Fornecimento de energia elétrica”, no montante de R\$ 393.175.

As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, passivos e patrimônio líquido.

As alterações na DRE e DVA dos itens (a) e (b) anteriormente descritos, estão demonstrados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30.09.2021			
Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reapresentado
Receita líquida			
5.573.658	(a)	216.364	5.790.022
Custo do serviço			
(4.888.173)		-	(4.888.173)
Lucro bruto			
685.485		216.364	901.849
Total despesas operacionais			
(282.410)		-	(282.410)
Resultado do serviço público de energia elétrica			
403.075		216.364	619.439
Resultado financeiro			
Receitas financeiras			
639.509	(a)	(216.364)	423.145
Despesas financeiras			
(560.872)		-	(560.872)
Total resultado financeiro			
78.637		(216.364)	(137.727)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social			
481.712		-	481.712
Imposto de renda e contribuição social			
(122.430)		-	(122.430)
Lucro líquido do exercício			
359.282		-	359.282

30.09.2021			
Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reapresentado
1. Receitas			
7.781.835		609.539	8.391.374
Receita bruta de venda de energia e outras receitas			
7.902.784		609.539	8.512.323
Fornecimento de energia elétrica			
7.122.722	(a)(b)	609.539	7.732.261
Outras receitas			
14.164		-	14.164
Receita relativa à construção de ativos próprios			
765.898		-	765.898
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida			
(120.949)		-	(120.949)
2. Insumos adquiridos de terceiros			
(5.003.948)		-	(5.003.948)
3. Valor adicionado bruto			
2.777.887		609.539	3.387.426
4. Retenções			
(256.683)		-	(256.683)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade			
2.521.204		609.539	3.130.743
6. Valor adicionado recebido em transferência			
639.509		(216.364)	423.145
Receitas financeiras			
639.509	(a)	(216.364)	423.145
7. Valor adicionado total a distribuir			
3.160.713		393.175	3.553.888
8. Distribuição do valor adicionado			
3.160.713		393.175	3.553.888
Empregados (Colaboradores)			
171.652		-	171.652
Tributos (Governo)			
2.057.148		393.175	2.450.323
Federais			
324.912		-	324.912
Estaduais			
1.411.787		-	1.411.787
Municipais			
5.783		-	5.783
Encargos setoriais			
314.666		393.175	707.841
CDE - Conta de desenvolvimento energético			
261.871		-	261.871
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE			
47.418		-	47.418
Taxa de fiscalização - ANEEL			
5.377		-	5.377
Encargos do consumidor - CCRBT			
-	(b)	393.175	393.175
Remuneração de capitais de terceiros			
572.631		-	572.631
Remuneração de capitais próprios			
359.282		-	359.282

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos

3.1 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, ativo indenizável, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios, benefícios pós-emprego, receita de distribuição não faturada e instrumentos financeiros.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

3.2 Principais mudanças nas políticas contábeis

As principais mudanças nas políticas contábeis para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 estão demonstradas a seguir:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em:
CPC 27 – Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Revisão tarifária extraordinária de 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 13 de julho de 2022, deliberou sobre a revisão tarifária extraordinária de 2022.

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária da Companhia positivo de +10,02%, composto por reajuste econômico de +12,84% e componente financeiro de -2,82%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de -3,01%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Revisão Tarifária Extraordinária 2022	
Encargos Setoriais	3,98%
Custos de Transmissão	-1,04%
Custos de Aquisição de Energia	4,32%
Parcela A	7,26%
parcela B	5,58%
Reajuste Econômico	12,84%
CVA Total	8,28%
Bandeira Escassez Hídrica	-2,18%
Conta Escassez Hídrica	-1,95%
Remanescente escassez hídrica	-1,99%
Ressarcimento de Créditos de Pis/Cofins	-6,31%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	1,32%
Componentes Financeiros	-2,82%
Reajuste Total	10,02%
Efeito da retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior	-13,03%
Efeito Médio a ser percebido pelos Consumidores	-3,01%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

(i) Parcela A: Reajustada em 11,49%, representando 7,26% no reposicionamento econômico com os seguintes componentes:

- Encargos setoriais - aumento de 36,62%, representando 3,98% no reajuste econômico em função, principalmente, do aumento do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (USO);
- Energia comprada - aumento de 9,60%, decorre principalmente do aumento dos contratos de disponibilidade de energia nova. Percebe-se também uma significativa contribuição do custo decorrente do contrato bilateral. O aumento do custo da compra de energia representa 4,32% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão - os custos de transmissão tiveram uma variação de -14,25%, correspondendo a um efeito de -1,04% no reajuste econômico. Sobre esse item, destaque para a publicação das Resoluções Homologatórias nº 2.959 e 2.896, ambas de 2021, as quais aprovaram, respectivamente, as novas Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão e as novas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) **Parcela B:** Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 15,16%, representando uma participação de 5,58% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 14,77%, no período de 12 meses findos em março de 2022; e
- Fator X de -0,39 %, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +1,17%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,48%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -1,09%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

(iii) **Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de -R\$ 193.725, dentre os quais destacamos R\$ 568.258 positivos referentes aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), Sobrecontratação de R\$ 47.892, Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 138.699 e Ressarcimento de Créditos de PIS/COFINS de -R\$ 433.117.

De acordo com o exposto acima, foi homologado o reajuste tarifário anual da Companhia, que conduz um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de -3,01%, sendo de -2,96%, em média para os consumidores conectados na Alta Tensão (AT) e de -3,02%, em média, para os consumidores na Baixa Tensão (BT).

Bandeira tarifária

O primeiro semestre de 2022 foi marcado pela recuperação dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores de baixa renda. Foi mantida a bandeira escassez hídrica de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) para os demais consumidores, até o dia 15 de abril de 2022. Desde 16 de abril de 2022, a bandeira tarifária vigente é a verde.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30.09.2022	31.12.2021
Caixa e contas correntes bancárias	32.993	27.864
Aplicações financeiras		
CDB (aplicações diretas)	18.905	11.120
Fundos de investimento aberto	9.605	14.053
Operações compromissadas	154.730	151.279
	183.240	176.452
Total	216.233	204.316

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, estas já estão reconhecidas pelo seu valor justo por meio do resultado.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não existe registro de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa visto que os ativos financeiros são aplicados em instituições de primeira linha, sendo os mesmos monitorados de forma contínua pela Companhia.

6. Títulos e valores imobiliários

	30.09.2022	31.12.2021
Fundos de investimentos não exclusivos	84.189	80.048
Fundos de investimentos exclusivos (a)	249	600
Títulos públicos	234	414
LF - Letra Financeira	15	186
Total	84.438	80.648

(a) Fundo exclusivo do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 0,47% de representatividade sobre o total do mesmo em 30 de setembro de 2022 (0,49% em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de Investimento não exclusivo, administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI.

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022.

7. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total 30.09.2022
		até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Classes de consumidores:									
Residencial	204.197	215.792	22.177	62.241	108.934	286.974	900.315	(364.891)	535.424
Industrial	27.395	10.620	640	1.213	2.644	22.062	64.574	(16.342)	48.232
Comercial	68.997	30.030	2.640	7.937	12.738	78.818	201.160	(58.692)	142.468
Rural	66.758	36.538	5.101	12.216	18.420	91.161	230.194	(61.017)	169.177
Poder público	59.165	10.784	3.682	6.193	8.989	24.660	113.473	(11.264)	102.209
Iluminação pública	34.810	7.081	4.621	14.710	32.868	63.766	157.856	(61.799)	96.057
Serviço público	19.100	2.831	1.125	3.340	6.487	16.963	49.846	(15.961)	33.885
Fornecimento faturado	480.422	313.676	39.986	107.850	191.080	584.404	1.717.418	(589.966)	1.127.452
Receita não faturada	362.928	-	-	-	-	-	362.928	(5.908)	356.930
Parcelamento de débitos	4.440	9.441	6.438	37.867	61.866	146.723	266.775	(15.221)	251.554
Venda de Energia Excedente - MVE	3.114	-	-	-	-	-	3.114	-	3.114
Compartilhamento - uso mútuo	11.920	7.587	3.994	10.170	21.899	27.358	82.928	(4.244)	78.684
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	923	23.522	24.445	(16.878)	7.567
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
Subtotal	862.824	330.704	50.418	155.887	275.768	797.296	2.472.897	(647.596)	1.825.301
								Circulante	1.678.578
								Não circulante	146.723

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, o Ministério de Minas e Energia instituiu o programa de incentivo à redução voluntária do Consumo de Energia Elétrica. O ressarcimento à Companhia, ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE no montante total de R\$ 66.342, restando um saldo de R\$ 3.451 a ser ressarcido.

9. Tributos a compensar

9.1 Imposto de renda e contribuição social compensáveis

	30.09.2022	31.12.2021
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda (a)	48.017	84.711
Contribuição social (a)	3.139	31.230
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (b)	2.130	20.485
Total	53.286	136.426

- (a) O saldo em 30 de setembro de 2022, é composto por antecipações de imposto de renda e contribuição social, tais antecipações estarão disponíveis para futuras compensações após a entrega da Escrituração Contábil Fiscal - ECF.
- (b) A variação entre os exercícios se deve principalmente pelo imposto retido na fonte sobre os ganhos obtidos nas liquidações de instrumentos financeiros derivativos;

9.2 Outros tributos compensáveis

	30.09.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS (c)	110.125	115.518	84.496	82.605
PIS e COFINS	76.668	-	16.864	-
PIS e COFINS (ICMS) (d)	426.814	408.290	473.748	571.894
Outros tributos	1.546	-	1.142	-
Total	615.153	523.808	576.250	654.499

- (c) Do total de crédito de ICMS, R\$ 172.600 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 141.217 em 31 de dezembro de 2021) referem-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos, e o valor de R\$ 41.164 (R\$ 25.884 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês subsequente.
- (d) A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, e por possuir ação judicial transitada e julgada em abril de 2019, possui ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar de R\$ 426.812 no curto prazo e R\$ 408.291 no longo prazo, em 30 de setembro de 2022.

Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota explicativa nº18).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativos e passivos financeiros setorial	31.12.2021	Adição	Amortização	Escassez Hídrica/CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	30.09.2022	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Ativo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	445.129	335.112	(282.374)	-	(325.509)	43.355	(1.319)	214.394	311.677	(97.283)	268.764	(54.370)
Aquisição de energia - (CVA)energ	(7.819)	68.075	(82.313)	-	144.294	21.214	(1.319)	142.132	102.179	39.953	119.799	22.333
Proinfa	2.077	18.812	(11.734)	-	-	1.656	-	10.811	10.811	-	10.811	-
Transporte rede básica	27.073	32.120	(7.708)	-	-	(7.103)	-	44.382	8.247	36.135	24.186	20.196
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	429.471	157.415	(164.499)	-	(469.803)	23.621	-	(23.795)	166.670	(190.465)	82.657	(106.452)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.673)	58.690	(16.120)	-	-	3.967	-	40.864	23.770	17.094	31.311	9.553
Demais passivos financeiros setoriais	73.542	466.306	118.832	(441.716)	16.784	49.214	1.319	284.281	(55.358)	339.639	144.586	139.695
Alíquota efetiva PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	(32.584)	37.844	10.525	-	-	(1.170)	-	14.615	(8.746)	23.361	1.559	13.056
Sobrecontratação de energia	(34.636)	83.265	31.766	-	(2.586)	1.815	-	79.624	(23.946)	103.570	21.739	57.885
Diferimento/ devoluções tarifárias	(119.160)	(29.237)	22.210	-	-	(8.819)	-	(135.006)	(14.807)	(120.199)	(14.807)	(120.199)
Bandeiras tarifárias não homologadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.171)	5.171
Risco hidrológico	(145.171)	(91.864)	109.146	-	-	(9.086)	-	(136.975)	(72.576)	(64.399)	(100.982)	(35.993)
Bandeira Escassez Hídrica (a)	-	186.515	-	-	-	(13.006)	-	173.509	-	173.509	-	173.509
Outros (b)	405.093	279.783	(54.815)	(441.716)	19.370	79.480	1.319	288.514	64.717	223.797	242.248	46.266
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	518.671	801.418	(163.542)	(441.716)	(308.725)	92.569	-	498.675	256.319	242.356	413.350	85.325

- a) **Financeiro de Bandeira Escassez Hídrica:** Conforme definido na Resolução nº 3/2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), a Bandeira Escassez Hídrica deverá cobrir os custos não cobertos pela sistemática das bandeiras necessários para equilibrar receitas e despesas ao final do ciclo vigente das Bandeiras Tarifárias. Assim, no processo tarifário vigente, ocorrido em abril de 2022, foi considerado um financeiro negativo de R\$ 149.553, conforme saldo da distribuidora frente à Conta Bandeiras na competência de julho de 2021, para retirar o efeito dos custos ainda não cobertos pelas Bandeiras que serão recuperados durante o ciclo da Bandeira Escassez, a qual esteve vigente até 15 de abril de 2022. O referido financeiro negativo, dividido em componentes de energia e ESS, será contemplado no processo tarifário subsequente, devidamente atualizado pela taxa SELIC. Para mais detalhes do reajuste tarifário vigente, vide nota explicativa nº 5. Durante o período de nove meses findo em 30

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de setembro de 2022 foi constituída uma adição de R\$ 186.515 referente ao recebimento da escassez hídrica e financeiro da bandeira, proporcional ao período de abril a setembro de 2022.

- b) **Recebimento Escassez Hídrica e CDE Eletrobrás:** i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2, foi contratada operação financeira com o objetivo de custear medidas de combate à escassez hídrica vivenciada no 2º semestre de 2021. Tal operação foi aprovada a partir da Resolução Normativa nº 1.008/2022, de 15 de março de 2022. O Despacho nº 1.177/2022, de 3 de maio de 2022, indicou a data de 9 de maio para fixar os valores dos recursos da Conta Escassez Hídrica a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica referentes aos montantes de recursos solicitados nos Termos de Aceitação às disposições do Decreto nº 10.939/2022. Dessa forma, a Companhia recebeu da referida conta, o montante de R\$ 273.449. Para mais detalhes do reajuste tarifário vigente, vide nota explicativa nº 5. ii) Recebimento de recursos da conta de desenvolvimento energético CDE referente aos valores apurados pela Eletrobrás R\$ 168.267 de acordo com despacho 1.959/2022 de 21 de julho de 2022.

Ativos e passivos financeiros setorial	31.12.2020	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	30.09.2021	Valores em amortização	Valores em constituição	Passivo circulante	Ativo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	33.199	866.519	(107.233)	(333.283)	6.140	465.342	30.574	434.768	222.349	242.993
Aquisição de energia - (CVAenerg)	(47.408)	687.711	(73.810)	(284.874)	4.557	286.176	(18.243)	304.419	116.035	170.141
Proinfa	9.453	(1.665)	(3.360)	-	132	4.560	4.561	(1)	4.561	(1)
Transporte rede básica	42.031	35.203	(28.339)	-	1.403	50.298	16.373	33.925	31.337	18.961
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	39.094	139.240	(1.947)	(48.409)	140	128.118	35.879	92.239	76.565	51.553
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(9.971)	6.030	223	-	(92)	(3.810)	(7.996)	4.186	(6.149)	2.339
Demais passivos financeiros setoriais	(242.419)	93.488	107.713	(55.500)	13.740	(82.978)	(148.033)	65.055	(81.128)	(1.850)
Neutralidade da parcela A	(9.888)	(10.888)	5.152	-	69	(15.555)	(3.557)	(11.998)	(8.849)	(6.706)
Sobrecontratação de energia	(21.335)	12.031	30.040	(55.500)	(2.094)	(36.858)	(15.643)	(21.215)	(25.001)	(11.857)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(114.299)	(22.578)	22.210	-	(1.572)	(116.239)	(29.614)	(86.625)	(29.614)	(86.625)
Risco hidrológico	(134.326)	(110.673)	97.408	-	4.542	(143.049)	(73.140)	(69.909)	(103.977)	(39.072)
Outros	37.429	225.596	(47.097)	-	12.795	228.723	(26.079)	254.802	86.313	142.410
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	(209.220)	960.007	480	(388.783)	19.880	382.364	(117.459)	499.823	141.221	241.143

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias para os anos de 2016 e 2017, porém sem levar em consideração a regra de máximo esforço, prevista na regulamentação da REN 453/2011. No caso do ano de 2017 da Companhia, particularmente, em análise preliminar realizada no Reajuste Tarifário de 2018, a ANEEL entendeu que a Companhia esteve voluntariamente sobrecontratada, já que não realizou esforços para redução de seu nível de contratação.

Portanto, diante da decisão do Despacho nº 2.508, a Companhia entrou com o pedido de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.922, de 13 de outubro de 2020.

Cabe mencionar que a Companhia impetrou mandado de segurança contra a aplicação do Despacho nº 2.508/2020, no âmbito do reajuste tarifário de 2021, que estabelece os montantes de sobrecontratação involuntária de 2016 e 2017 sendo acatado pela ANEEL, conforme publicado no Despacho nº 1.061/2021, de 16 de abril de 2021.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 foi julgado pela ANEEL em 09 de agosto de 2022 estando no Despacho da Diretoria Geral nº 2.168, desta forma consideramos para a sobrecontratação involuntária de 2016 o valor a pagar de R\$ 7.342 (data base 30 de setembro de 2022).

11. Benefício fiscal

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 a Companhia registrou uma provisão sobre o ágio a amortizar considerando o montante que não constitui benefício fiscal. O valor representativo do benefício fiscal ficou então registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) e para recompor o resultado de cada período, está sendo feita a reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	30.09.2022	31.12.2021
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(723.368)	(713.823)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	394.570	388.270
Total	17.797	21.042

Os ativos fiscais diferidos decorrentes da incorporação são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A seguir é apresentado o cronograma de realização do benefício fiscal:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2022	Percentual
Em 2022	1.082	6,08%
Em 2023	3.960	22,25%
Em 2024	3.625	20,37%
Em 2025	3.316	18,63%
2026 até 2027	5.814	32,67%
Total	17.797	100,00%

12. Cauções e depósitos

A Companhia possui saldos de caução e depósito considerando: garantia de dívidas (BNB) e garantias da concessão (Banco do Brasil). A seguir é apresentada a composição do saldo:

Instituição	Tipo de Aplicação	30.09.2022	31.12.2021
		Não Circulante	Não Circulante
BNB	CDB	16.951	15.594
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	15.012	15.507
Total		31.963	31.101

13. Ativo indenizável (concessão)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	30.09.2022	31.12.2021
Saldo Inicial	3.912.580	3.026.407
Transferências do ativo contratual	499.364	556.397
Atualização do ativo financeiro da concessão	136.977	328.258
Reclassificação para ativo imobilizado	-	1.518
Saldo Final	4.548.921	3.912.580

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

14. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2021	Adição	Depreciação/ Amortização	Baixa	Transferência	Reclassificação	30.09.2022
Imobilizado em serviço							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	934	-	-	-	1.984	(296)	2.622
Máquinas e equipamentos	38.989	-	-	(103)	1.715	2.234	42.835
Veículos	860	-	-	-	-	-	860
Móveis e utensílios	10.838	-	-	-	9.816	(1.597)	19.057
Subtotal	51.621	-	-	(103)	13.515	341	65.374
Depreciação acumulada							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(704)	-	(22)	-	-	-	(726)
Máquinas e equipamentos	(36.261)	-	(955)	103	-	(72)	(37.185)
Veículos	(2.048)	-	(49)	-	-	1.567	(530)
Móveis e utensílios	(8.694)	-	(550)	-	-	-	(9.244)
Subtotal	(47.707)	-	(1.576)	103	-	1.495	(47.685)
Imobilizado em curso							
Terreno	-	(17)	-	-	17	-	-
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	762	(7.899)	-	-	37.089	(29.204)	748
Máquinas e equipamentos	43.731	319	-	-	(192)	(40.430)	3.428
Veículos	6.619	-	-	-	-	(5.857)	762
Móveis e utensílios	3.577	1.333	-	-	(11)	757	5.656
Subtotal	54.689	(6.264)	-	-	36.903	(74.734)	10.594
Total do imobilizado	58.603	(6.264)	(1.576)	-	50.418	(72.898)	28.283
Ativo de direito de uso							
Terrenos	149	819	(209)	-	-	(475)	284
Imóveis	(2.154)	32.091	(8.003)	-	-	3.470	25.404
Veículos e outros meios de transporte	23.548	-	(9.408)	-	-	(5.037)	9.103
Subtotal	21.543	32.910	(17.620)	-	-	(2.042)	34.791
Total	80.146	26.646	(19.196)	-	50.418	(74.940)	63.074

	31.12.2020	Adição	Depreciação/ Amortização	Transferência	Reclassificação	31.12.2021
Imobilizado em serviço						
Terrenos	30	-	-	-	(30)	-
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	9	-	-	-	925	934
Máquinas e equipamentos	64.235	-	-	20	(25.266)	38.989
Veículos	-	-	-	-	860	860
Móveis e utensílios	55.921	-	-	-	(45.083)	10.838
Subtotal	120.195	-	-	20	(68.594)	51.621
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	-	(29)	-	(675)	(704)
Máquinas e equipamentos	(49.808)	-	(1.139)	-	14.686	(36.261)
Veículos	-	-	(1.606)	-	(442)	(2.048)
Móveis e utensílios	(35.404)	-	(612)	-	27.322	(8.694)
Subtotal	(85.212)	-	(3.386)	-	40.891	(47.707)
Imobilizado em curso						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	-	-	-	762	762
Máquinas e equipamentos	3.035	9.630	111	-	30.955	43.731
Veículos	-	434	-	-	6.185	6.619
Móveis e utensílios	2.891	3	-	(20)	703	3.577
Subtotal	5.926	10.067	111	(20)	38.605	54.689
Total do imobilizado	40.909	10.067	(3.275)	-	10.902	58.603
Ativo de direito de uso						
Terrenos	352	-	(201)	-	(2)	149
Imóveis	2.303	-	(4.932)	-	475	(2.154)
Veículos e outros meios de transporte	-	23.548	-	-	-	23.548
Subtotal	2.655	23.548	(5.133)	-	473	21.543
Total	43.564	33.615	(8.408)	-	11.375	80.146

A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 30 de setembro de 2022:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	1,33
Imóveis	4,50
Veículos	1,33

15. Intangível

	30.09.2022				31.12.2021
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	5.718.238	(3.426.492)	(267.125)	2.024.621	1.835.952
Software	398.402	(262.967)	-	135.435	133.686
Bens de renda	464	(359)	-	105	12
Total	6.117.104	(3.689.818)	(267.125)	2.160.161	1.969.650

	Em serviço			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.485.574	(3.180.336)	(297.319)	2.007.919
Baixas	-	-	-	-
Amortização	-	(282.132)	26.720	(255.412)
Transferência dos ativos contratuais	289.250	-	-	289.250
Transferência dos ativos de concessão	(73.185)	-	-	(73.185)
Saldos em 30 de setembro 2021	5.701.639	(3.462.468)	(270.599)	1.968.572
Saldo em 31 de dezembro 2021	5.779.965	(3.548.623)	(261.692)	1.969.650
Baixas	(26.483)	24.736	-	(1.747)
Amortização	-	(318.077)	59.253	(258.824)
Transferência dos ativos contratuais	444.341	-	(68.200)	376.141
Reclassificações	357	(357)	-	-
Transferência para ativos imobilizado	(81.076)	152.503	3.514	74.941
Saldo em 30 de setembro de 2022	6.117.104	(3.689.818)	(267.125)	2.160.161

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

16. Ativos contratuais

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 3,71% a.a. no período findo em 30 de setembro de 2022 e 3,31% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

	30.09.2022		31.12.2021
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Em Curso			
Direito de uso da concessão	1.362.645	(96.274)	1.266.371
Software	185.629	-	185.629
Total	1.548.274	(96.274)	1.452.000

	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	803.681	(222.901)	580.780
Adições	778.221	(12.530)	765.691
Capitalização de juros de empréstimos	207	-	207
Transferências para ativo intangível	(289.250)	-	(289.250)
Transferências para ativo indenizável	(283.633)	-	(283.633)
Transferências para ativo imobilizado	40.258	-	40.258
Saldos em 30 de setembro 2021	1.049.484	(235.431)	814.053
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.110.318	(235.431)	874.887
Adições	1.486.085	-	1.486.085
Capitalização de juros de empréstimos	149	-	149
Reclassificação	23.273	(23.273)	-
Transferências para ativo intangível	(444.341)	68.200	(376.141)
Transferências para ativo indenizável	(593.593)	94.230	(499.363)
Transferências para ativo imobilizado	(50.418)	-	(50.418)
Reclassificação adiantamentos	16.801	-	16.801
Saldo em 30 de setembro de 2022	1.548.274	(96.274)	1.452.000

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Fornecedores

	30.09.2022	31.12.2021
Compra de Energia	433.855	251.446
Compra de Energia com partes relacionadas (nota 24)	1.447	188.831
Encargo de Uso da Rede	103.752	275.728
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas (nota 24)	26	27
Total energia	539.080	716.032
Materiais e serviços	726.320	572.133
Materiais e serviços com partes relacionadas	164.550	122.304
Total fornecedores	1.429.950	1.410.469

18. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A Companhia possui uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

Foi publicada a Lei 14.385/2022 em 28 de junho de 2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução da ANEEL, os processos tarifários de 2022 já contemplam a devolução parcial de tais valores. Dessa forma, como o processo de reajuste tarifário da Companhia já havia ocorrido, a ANEEL efetuou um Reajuste Tarifário Extraordinário – RTE, e iniciou a devolução aos consumidores a partir de 13 de julho de 2022 – mais informações vide nota explicativa nº 38.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 30 de setembro de 2022 o montante total compensado de R\$ 711.035, sendo R\$ 255.043 durante período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	30.09.2022	31.12.2021
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		
Ativo circulante (nota 9)	426.813	473.748
Ativo não circulante (nota 9)	408.291	571.894
Total do Ativo	835.104	1.045.642
PIS/COFINS - consumidores a restituir		
Passivo circulante	426.813	473.748
Passivo não circulante	1.088.403	997.855
Total do Passivo	1.515.216	1.471.603

A seguir a movimentação do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.309.965	1.446.312
Reversões	(2.085)	(2.085)
Atualizações	16.568	16.568
Compensações	(180.821)	-
Outros	-	(278)
Saldos em 30 de setembro 2021	1.143.627	1.460.517
Saldo em 31 de dezembro 2021	1.045.642	1.471.603
Atualizações	50.945	50.945
Compensações	(255.043)	-
Outros	(6.440)	(7.332)
Saldo em 30 de setembro de 2022	835.104	1.515.216

19. Obrigações fiscais

	30.09.2022	31.12.2021
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
Imposto de renda - IRPJ (a)	7.648	13.131
Contribuição social - CSLL a pagar (a)	8.260	3.153
Total	15.908	16.284

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações fiscais federais						
REFIS IV - Federal (Previdenciário) (c)	49	62	111	638	1.169	1.807
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	19.402	-	19.402	18.209	-	18.209
Programa de integração social - PIS	4.146	-	4.146	3.928	-	3.928
PIS/COFINS/IRRF/CS (Retidos na Fonte)	11.644	-	11.644	8.202	-	8.202
Outros tributos e contribuições	1.896	-	1.896	-	-	-
Subtotal - Federais	37.137	62	37.199	30.977	1.169	32.146
Obrigações fiscais estaduais						
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b)	149.520	2.126	151.646	190.366	-	190.366
Refis Parcelamento ICMS	633	-	633	6.841	-	6.841
Subtotal - Estaduais	150.153	2.126	152.279	197.207	-	197.207
Obrigações fiscais municipais						
Imposto sobre serviços - ISS	6.848	-	6.848	5.016	-	5.016
Outros tributos e contribuições	6	-	6	8	-	8
Subtotal - Municipais	6.854	-	6.854	5.024	-	5.024
Total outros tributos a pagar	194.144	2.188	196.332	233.208	1.169	234.377

- (a) O saldo em 30 de setembro de 2022 é composto por provisões para imposto de renda e contribuição social líquidos dos pagamentos conforme a seguir:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Impostos a pagar	7.648	125.578	8.260	57.900
Antecipações de impostos	-	(112.447)	-	(54.747)
Saldo final	7.648	13.131	8.260	3.153

- (b) O ICMS é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. A apuração do ICMS é no mês seguinte da competência e o recolhimento é feito no dia 20 do próprio mês da apuração. O saldo em 30 de setembro de 2022 de R\$ 151.646 (R\$ 190.366 em 31 de dezembro de 2021), está principalmente relacionado ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.
- (c) A Companhia aderiu, em 30 de setembro de 2009 o REFIS IV (Lei nº 11.941/2009) nos montantes de R\$ 25.075 e R\$ 20.692 sem redução e com redução respectivamente referentes a débitos federais previdenciários e tem como saldo a pagar no curto prazo no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 o montante de R\$ 49 (saldo de R\$ 638 em 31 de dezembro de 2021) e no longo prazo o montante de R\$ 62 (saldo de R\$ 1.169 em 31 de dezembro de 2021). As parcelas são atualizadas mensalmente pela SELIC.

	30.09.2022	31.12.2021
	REFIS IV FEDERAL	REFIS IV FEDERAL
Saldo inicial	4.719	7.311
(-) Pagamento principal	(3.237)	(1.422)
(-) Pagamento juros	(1.543)	(1.316)
(+) Atualização	172	146
Saldo final	111	4.719
Circulante	49	1.231
Não circulante	62	3.488
Total do passivo	111	4.719

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	30.09.2022						31.12.2021					
	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Marcação a mercado	Total		Encargos	Principal	Total	Principal	
Moeda estrangeira:												
União Federal – Bônus de Desconto	74	-	74	6.158	-	6.158	6.232	15	-	15	6.368	6.383
União Federal – Bônus ao Par	251	-	251	8.825	-	8.825	9.076	118	-	118	9.126	9.244
SCOTIABANK 4131 III	1.230	420.355	421.585	-	-	-	421.585	-	-	-	-	-
SCOTIABANK 4131	-	-	-	-	-	-	-	2.635	-	2.635	435.084	437.719
BNP 4131 II - COELCE	15	-	15	126.584	-	126.584	126.599	732	-	732	131.020	131.752
BNP 4131 III - COELCE	-	-	-	-	-	-	-	537	131.020	131.557	-	131.557
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	672	216.372	217.044	-	-	-	217.044	1.578	-	1.578	223.955	225.533
Sumitomo 4131 - COELCE	2.627	-	2.627	269.580	-	269.580	272.207	1.270	-	1.270	279.025	280.295
Citibank 4131 - COELCE	261	-	261	296.538	-	296.538	296.799	-	-	-	-	-
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	255	-	255	240.165	2.930	243.095	243.350	-	-	-	-	-
Total moeda estrangeira	5.385	636.727	642.112	947.850	2.930	950.780	1.592.892	6.885	131.020	137.905	1.084.578	1.222.483
Moeda nacional:												
Empréstimos e financiamentos												
Eletrobrás	-	-	-	-	-	-	-	-	2.449	2.449	1.347	3.796
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	4	3.091	3.095	-	-	-	3.095	8	4.121	4.129	2.061	6.190
FINEP	2	71	73	596	-	596	669	2	-	2	663	665
BNB II	776	43.564	44.340	223.364	-	223.364	267.704	317	48.379	48.696	258.435	307.131
Empréstimos e financiamentos - Moeda nacional	782	46.726	47.508	223.960	-	223.960	271.468	327	54.949	55.276	262.506	317.782
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas												
Enel Finance International N.V.	6.148	-	6.148	500.000	-	500.000	506.148	15.237	-	15.237	500.000	515.237
Mútuos Enel BR	-	150.775	150.775	-	-	-	150.775	1.116	211.097	212.213	-	212.213
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	6.148	150.775	156.923	500.000	-	500.000	656.923	16.353	211.097	227.450	500.000	727.450
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional	6.930	197.501	204.431	723.960	-	723.960	928.391	16.680	266.046	282.726	762.506	1.045.232
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira	12.315	834.228	846.543	1.671.810	2.930	1.674.740	2.521.283	23.565	397.066	420.631	1.847.084	2.267.715

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos referentes a empréstimos e financiamentos está assim apresentada:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	67.116	304.580	570.441	14.429	956.566
Captações	-	500.000	135.000	745.000	1.380.000
Encargos provisionados	22.482	-	8.651	-	31.133
Encargos pagos	(19.152)	-	(10.314)	-	(29.466)
Variação monetária e cambial	-	22.966	31.403	22.521	76.890
Transferências	51.929	(51.929)	-	-	-
Amortizações	(63.650)	-	(605.750)	-	(669.400)
Saldos em 30 de setembro 2021	58.725	775.617	129.431	781.950	1.745.723
Saldo em 31 de dezembro de 2021	282.726	762.506	137.905	1.084.578	2.267.715
Captações	957.419	-	-	501.700	1.459.119
Encargos provisionados	93.724	-	16.839	-	110.563
Encargos pagos	(103.476)	-	(18.406)	-	(121.882)
Variação monetária e cambial	-	15.863	(41.081)	20.611	(4.607)
Marcação à mercado Dívida	-	-	-	2.930	2.930
Transferências	54.409	(54.409)	659.039	(659.039)	-
Amortizações	(1.080.371)	-	(112.184)	-	(1.192.555)
Saldo em 30 de setembro de 2022	204.431	723.960	642.112	950.780	2.521.283

A curva de amortização de principal dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante está assim apresentada:

30.09.2022					
2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total não Circulante
12.207	459.976	845.366	291.923	65.268	1.674.740

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
Mútuo Coelce - Enel BR III	70.429	05/01/2022	12/05/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR IV	110.556	31/01/2022	24/03/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR V	100.638	15/02/2022	12/05/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR VI	50.315	21/02/2022	31/05/2022	Bullet	Bullet	CDI + 0,73%	Capital de giro	N/A
CITIBANK 4131 - COELCE	271.700	24/03/2022	21/03/2025	Bullet	Anual	USD SOFR +	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR VII	352.205	04/03/2022	31/05/2022	Bullet	Bullet	CDI + 0,73%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR VIII	80.335	20/06/2022	29/07/2022	Bullet	Bullet	CDI + 0,65%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR IX	1.367.685	20/07/2022	31/10/2022	Bullet	Bullet	CDI + 0,65%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR X	1.542.092	22/08/2022	31/10/2022	Bullet	Bullet	CDI + 0,96%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XI	69.081	20/09/2022	23/09/2022	Bullet	Bullet	CDI + 0,96%	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	254.508	23/09/2022	23/09/2026	Bullet	Anual	USD + 5,45%	Capital de giro	N/A

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de *swap*, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais. Os custos das operações de *swap* pactuadas encontram-se descritos abaixo:

Empréstimo	Custo swap
SCOTIABANK 4131 III	CDI + 0,80% a.a
BNP 4131 II - COELCE	CDI + 1,18% a.a
BNP 4131 III - COELCE	CDI + 0,55% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	CDI + 1,25% a.a
SUMITOMO 4131 - COELCE	CDI + 1,12% a.a
CITIBANK 4131 - COELCE	CDI + 1,17% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	CDI + 1,62% a.a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
União Federal – Bônus de Desconto	2.430	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + Libor + 1,0125% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
União Federal – Bônus ao Par	3.501	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + 6,2% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
Eletrobrás	78.115	13/01/2009	30/10/2023	Mensal	Mensal	6% a.a.	Luz Para Todos	Recebíveis e nota promissória
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	37.091	26/08/2013	15/06/2023	Mensal	Mensal	3,00% a.a.	Financiamento do CAPEX	Recebíveis
BNB II	340.351	29/03/2018	15/04/2028	Mensal	Mensal	IPCA + 2,18% a.a.	Financiamento de projetos de ampliação e modernização	Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária
FINEP	663	17/04/2020	15/01/2030	Mensal	Mensal	TJLP + 1 % a.a.	Financiamento do CAPEX	Fiança bancária
SCOTIABANK 4131III	400.000	06/01/2021	06/01/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,225% a.a.	Capital de giro	N/A
EFI - Credit Agreement	500.000	02/03/2021	02/03/2025	Bullet	Bullet	CDI + 1,18%	Capital de giro	N/A
BNP 4131 II - COELCE	135.000	01/04/2021	28/03/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,14% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	210.000	16/07/2021	17/07/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,51% a.a.	Capital de giro	N/A
Sumitomo 4131 - COELCE	278.250	15/10/2021	15/10/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,13% a.a.	Capital de giro	N/A

c) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e liquidados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
Mútuo Coelce - Enel BR I	190.971	13/12/2021	04/04/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nos empréstimos com Eletrobrás, BNP e Scotiabank a Companhia comprometeu-se a cumprir as obrigações financeiras descritas no quadro abaixo, durante a vigência dos contratos, as quais foram atendidas de forma apropriada em 30 de setembro de 2022:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Límite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDES	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual
Eletrobrás	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,00	Anual
Scotiabank, BNP e Citibank 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral

BNDES

- Endividamento bancário líquido para fins de cálculo dessa obrigação corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Eletrobras

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa o lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização, provisões para processos judiciais e outros e perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (últimos 12 meses).

SCOTIABANK 4131, BNP 4131, SUMITOMO 4131 E CITIBANK 4131

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis. (Últimos 12 meses).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Debêntures

As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação. As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

	30.09.2022				31.12.2021			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Principal	Marcação a mercado	Encargos	Principal	Principal	
1ª Série 5ª emissão	7.110	175.000	-	-	798	175.000	-	175.798
2ª Série 5ª emissão	3.414	-	195.140	-	519	-	186.845	187.364
1ª Série 6ª emissão	1.643	40.000	-	-	185	-	40.000	40.185
2ª Série 6ª emissão	6.240	-	345.613	-	949	-	330.922	331.871
1ª Série 7ª emissão	1.018	175.000	-	-	7.819	175.000	175.000	357.819
2ª Série 7ª emissão	9.149	-	372.265	-	12.800	-	356.440	369.240
1ª Série 8ª emissão	12.579	-	598.155	26.195	-	-	-	-
(-) Custo de transação	-	(2.865)	(22.917)	-	-	(1.740)	(6.584)	(8.324)
Total de debêntures	41.153	387.135	1.488.256	26.195	23.070	348.260	1.082.623	1.453.953

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos referentes a debêntures está assim apresentada:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	190.570	1.343.013	1.533.583
Atualização monetária	-	55.944	55.944
Encargos provisionados	55.979	-	55.979
Encargos pagos	(46.695)	-	(46.695)
Transferências	171.111	(171.111)	-
Apropriação custo de transação	2.147	-	2.147
Saldos em 30 de setembro 2021	373.112	1.227.846	1.600.958
Saldo em 31 de dezembro de 2021	371.330	1.082.623	1.453.953
Captações	-	600.000	600.000
Atualização monetária	-	36.965	36.965
Amortizações	(175.000)	-	(175.000)
Encargos provisionados	89.613	-	89.613
Encargos pagos	(71.530)	-	(71.530)
Marcação a Mercado Dívida	-	26.195	26.195
Transferências	211.050	(211.050)	-
Constituição custo de transação	-	(20.282)	(20.282)
Apropriação custo de transação	2.825	-	2.825
Saldo em 30 de setembro de 2022	428.288	1.514.451	1.942.739

As principais características das debêntures, obtidas em exercícios anteriores e vigentes no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 5ª emissão	350.000	15/12/2017	15/12/2021	15/12/2022	Semestral	CDI+0,80% a.a	Anual	175	Implementação de programas de investimento
2ª Série 5ª emissão	150.000	15/12/2017	15/12/2023	15/12/2024	Semestral	IPCA + 6,0013% a.a.	Anual	150	Implementação de programas de investimento
1ª Série 6ª emissão	40.000	15/06/2018	15/06/2023	15/06/2023	Semestral	CDI+0,95% a.a	Bullet	40	Implementação de programas de investimento
2ª Série 6ª emissão	270.000	15/06/2018	15/06/2024	15/06/2025	Semestral	IPCA + 6,1965% a.a.	Anual	270	Implementação de programas de investimento
1ª Série 7ª emissão	350.000	15/03/2019	15/03/2022	15/03/2023	Semestral	CDI+0,5% a.a	Anual	350	Reperfilamento de dívidas
2ª Série 7ª emissão	300.000	15/03/2019	15/03/2024	15/03/2024	Anual	IPCA + 4,50% a.a.	Bullet	300	Reperfilamento de dívidas
1ª Série 8ª emissão	600.000	30/05/2022	17/05/2032	17/05/2032	Semestral	IPCA + 6,21% a.a.	Bullet	600	Reperfilamento de dívidas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção dos índices financeiros demonstrados abaixo, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações (informações) financeiras. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, a Companhia cumpriu com os referidos índices.

1ª Série e 2ª Série (5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissão)	
Obrigações especiais financeiras	Limite
Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50

▪ Dívida líquida:

Significa a soma de (a) empréstimos, financiamentos, debêntures, *intercompany*; (b) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados da (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (c) saldo líquido de operações de derivativos; menos o resultado da soma (a) do numerário disponível em caixa; (b) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras; e (c) dos saldos de aplicações financeiras.

▪ LAJIDA:

Significa o lucro ou prejuízo da Emissora, relativo aos últimos doze meses, antes de contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, baixas de títulos incobráveis, depreciação, baixa de ativos imobilizados, amortização, efeitos de teste de “*impairments*” e ajustes positivos e negativos da CVA – Conta das Variações da Parcela A, desde que não incluídos no resultado operacional.

A seguir é apresentada a curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante:

	2023	2024	2025	Após 2025	Total
2ª Série 5ª emissão	120.140	75.000	-	-	195.140
2ª Série 6ª emissão	-	210.613	135.000	-	345.613
2ª Série 7ª emissão	-	372.265	-	-	372.265
1ª Série 8ª emissão	-	-	-	624.350	624.350
(-) Custo de transação	(1.282)	(4.294)	(2.824)	(14.517)	(22.917)
Total a amortizar	118.858	653.584	132.176	609.833	1.514.451

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Obrigações por arrendamento

Em atendimento ao IFRS 16/CPC 06 (R2) e ao ofício CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, as obrigações por arrendamentos são demonstradas abaixo. As taxas incrementais são determinadas com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia e os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários.

Os saldos em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	30.09.2022	31.12.2021	Vencimento	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
Obrigações por arrendamento:						
Terrenos	711	351	02/10/2024	16	Mensal	de 13,14% a.a até 13,69% a.a
Imóveis	25.337	2.153	02/11/2031	54	Mensal	de 6,93% a.a até 20,01% a.a
Veículos	9.066	18.082	26/10/2024	16	Mensal	de 11,49% a.a até 11,73% a.a
Total	35.114	20.586				
Circulante	11.755	14.200				
Não circulante	23.359	6.386				

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante está assim apresentada:

	30.09.2022		
	Principal	Juros	Total
Até um ano - 2022	16.467	(4.712)	11.755
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	38.640	(15.281)	23.359
Até 2 anos - 2023	7.551	(3.835)	3.716
Até 3 anos - 2024	5.502	(3.398)	2.104
Até 4 anos - 2025	5.345	(3.012)	2.333
2026 em diante	20.242	(5.036)	15.206
Total circulante e não circulante	55.107	(19.993)	35.114

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Moeda Nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.944	1.325	4.269
Pagamentos de principal	(1.326)	-	(1.326)
Pagamentos de juros	(139)	-	(139)
Transferências	724	(724)	-
Encargos provisionados	139	-	139
Saldos em 30 de setembro 2021	2.342	601	2.943
Saldo em 31 de dezembro de 2021	14.200	6.386	20.586
Adições	-	31.738	31.738
Remensuração	-	1.173	1.173
Pagamentos de principal	(15.172)	-	(15.172)
Pagamentos de juros	(5.168)	-	(5.168)
Transferências	15.938	(15.938)	-
Encargos provisionados	1.957	-	1.957
Saldo em 30 de setembro de 2022	11.755	23.359	35.114

23. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº26. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	30.09.2022	31.12.2021
Conta de desenvolvimento energético – CDE-Conta Covid (a)	-	14.938
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	50.242	40.686
Programa de Eficiência Energética (PEE)	33.733	47.575
Outros	3.349	3.208
Total	87.324	106.407
Circulante	75.539	98.371
Não Circulante	11.785	8.036

- (a) Por meio da Despacho nº 939 de abril de 2021, a Aneel homologou nesse primeiro ciclo tarifário, os prazos de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE CONTA COVID, para amortização da operação de crédito contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na gestão da CONTA COVID, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Partes relacionadas

24.1 Com a Controladora (Enel Brasil)

Parte relacionada	Vigência	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	30.09.2021
		Passivo	Passivo	Despesa	Despesa
Prestação de serviços técnicos e gestão	Março de 2020 a Março de 2025	(51.786)	(31.297)	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações	Fevereiro de 2024	(84.059)	(59.588)	-	-
Dividendos	Dezembro de 2020 a dezembro de 2022	(253.688)	(156.860)	-	-
Comissão de Fiança	Julho de 2019 a abril 2028	(217)	(484)	(524)	(1.316)
Mútuo	Dezembro de 2021 a dezembro de 2022	(150.775)	(212.213)	(32.625)	-
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura	Fevereiro de 2024	(7.025)	(5.362)	-	-
TOTAL DE PARTES RELACIONADAS		(547.550)	(465.804)	(33.149)	(1.316)

24.2 Sociedades sob controle comum

Natureza da transação / Parte relacionada	Vigência	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	30.09.2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
Benefícios pós-emprego		(62.914)	(63.953)	-	(6.486)
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão	(62.914)	(63.953)	-	(6.486)
Comissão		-	843	636	557
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	-	843	636	557
Prestação de serviços de desenvolvimento		(1.270)	(1.884)	(19)	(963)
ENEL X Brasil S.A.	Setembro de 2018 a Setembro de 2021	(1.270)	(1.884)	(19)	(963)
Suprimento de energia - CCEAR		(1.447)	(188.831)	(1.128.314)	(1.171.332)
ENEL Green Power Projetos I S.A.	Até o final da concessão	(805)	(744)	(6.911)	(6.159)
ENEL Geração Fortaleza - CGTF *		-	(187.266)	(1.116.726)	(1.160.893)
ENEL Green Power Paranapanema		(96)	(97)	(846)	(780)
ENEL Green Power Mourão		(27)	(28)	(244)	(225)
ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		(88)	(106)	(587)	(535)
ENEL Green Power Fazenda S.A.		(48)	(60)	(393)	(358)
ENEL Green Power Salto Apiacas S.A.		(146)	(175)	(968)	(882)
ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		(123)	(142)	(850)	(778)
ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		(114)	(213)	(789)	(722)
Encargo de uso do sistema de transmissão		819	818	(3.008)	(2.633)
ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	819	818	(3.008)	(2.633)
Consumo Próprio		-	-	64	55
ENEL Geração Fortaleza - CGTF *	Até o final da concessão	-	-	64	55
Mútuo		(506.148)	(515.237)	(56.117)	(16.421)
ENEL Finance International N.V.	março de 2021 a março de 2025	(506.148)	(515.237)	(56.117)	(16.421)
Reembolso expatriados		(2.166)	(2.212)	(343)	(1.161)
ENEL SPA	Até o final da concessão	670	670	-	-
CODENSA		(84)	(87)	-	(81)
ENEL Itália		(96)	-	(122)	149
ENEL AMERICAS		(600)	(618)	18	(168)
Enel Global Services S.r.l.		112	-	112	-
Enel Grids S.r.l.		(1.413)	(1.278)	(351)	(1.061)
ENEL Iberoamérica		(755)	(899)	-	-
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura		(8.538)	(13.497)	-	-
ENEL Distribuição Rio - AMPLA	Fevereiro de 2024	(2.404)	(2.404)	-	-
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		(6.675)	(6.462)	-	-
ENEL CIEN S.A.		(347)	(278)	-	-
ENEL Distribuição Goiás - CELG D		1.810	1.810	-	-
ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		(1.383)	(1.383)	-	-
ENEL Geração Fortaleza - CGTF *		-	(5.241)	-	-
ENEL Green Power Projetos I S.A.		461	461	-	-
		(581.664)	(783.953)	(1.187.101)	(1.198.384)
		(62.914)	(63.953)	-	(6.486)
TOTAL DE PARTES RELACIONADAS		(518.750)	(720.000)	(1.187.101)	(1.191.898)

(-) Benefícios pós-emprego

(*) A partir de 1º de setembro de 2022, a Enel Geração Fortaleza – CGTF deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações até essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021.

Suprimento de energia – CCEAR e sistema de transmissão e MVE

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a Enel CIEN S.A. e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Mútuo

As operações de mútuo foram aprovadas pelo Conselho de Administração, de acordo com as disposições estatutárias, e contratadas conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio do despacho Nº 2.979 de 11 de dezembro de 2018.

As informações sobre os contratos de mútuos encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 20.

Remuneração da administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos exercícios findos em 30 de setembro de 2022 e 30 de setembro de 2021 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	1.423	3.740	1.314	3.956
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	17	50	16	47
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	109	328	104	313
Total	1.549	4.118	1.434	4.316

25. Obrigações com benefício pós-emprego

A movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano (assistência médica, FGTS e Benefício Definido), estão representados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldo em 31 de dezembro 2021	-	-	63.953	25.362	89.315
Custo do serviço corrente	(456)	(29)	195	773	483
Custo dos juros líquidos	(19)	(7)	4.320	1.368	5.662
Contribuições reais do empregador	(46)	(143)	(4.600)	(3.103)	(7.892)
Perdas (ganhos) sobre a obrigação atuarial	351	167	(772)	(709)	(963)
Saldo em 30 de setembro de 2022	(170)	(12)	63.096	23.691	86.605
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	76.941	34.987	111.928
Custo do serviço corrente	(7)	108	255	1.052	1.408
Custo dos juros líquidos	(8)	(5)	4.099	992	5.078
Contribuições reais do empregador	(97)	(193)	(3.578)	(3.955)	(7.823)
Ganho/Perda Atuarial	83	124	(3.482)	(5.145)	(8.420)
Saldos em 30 de setembro 2021	(29)	34	74.235	27.931	102.171
				Circulante	1.195
				Não Circulante	85.410

Despesas nos trimestres e períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 30 de setembro de 2021 reconhecidas nas demonstrações do resultado relacionadas com os planos:

	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Custo do serviço corrente	161	483	468	1.408
Custos dos juros	1.886	5.661	1.693	5.078
Total de despesas	2.047	6.144	2.161	6.486

O custo do serviço líquido são registros como custos e despesas com pessoal. Os juros líquidos são registrados no resultado financeiro.

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado. Dessa forma, a Companhia procedeu a atualização dos passivos, com o auxílio de atuário independente para o semestre findo em 30 de junho de 2022, para refletir a mudança significativa das condições de mercado, especificamente da variação da taxa de juros (taxa de desconto) e atualização dos patrimônios dos planos de aposentadoria. Todavia, conforme requerido pelo CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

A atualização da taxa de desconto e dos patrimônios, realizada no semestre findo em 30 de junho de 2022, ocasionou uma redução de R\$ 963 na obrigação atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

26. Provisão para processos judiciais e outros

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificadas como provável

	31.12.2021	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	30.09.2022
Trabalhistas (a)	35.387	17.772	(6.382)	4.742	(3.136)	48.383
Cíveis (b)	136.829	48.054	(37.984)	22.604	(25.933)	143.570
Fiscais	10	960	-	-	(269)	701
Regulatório (c)	69.129	-	(5.468)	1.411	(31.470)	33.602
Sub-total	241.355	66.786	(49.834)	28.757	(60.808)	226.256
Outros Provisões (d)	3.987	-	-	-	(1.835)	2.152
Total	245.342	66.786	(49.834)	28.757	(62.643)	228.408

	31.12.2020	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	30.09.2021
Trabalhistas (a)	29.733	7.838	(8.149)	5.850	(722)	34.550
Cíveis (b)	121.936	33.019	(29.505)	26.630	(26.945)	125.135
Regulatório (c)	42.860	36.006	(4.946)	10	(384)	73.546
Fiscais (d)	-	47	-	-	(35)	12
Sub-Total	194.529	76.910	(42.600)	32.490	(28.086)	233.243
Outras Provisões (d)	-	14.558	-	-	(1.091)	13.467
Total	194.529	91.468	(42.600)	32.490	(29.177)	246.710

As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

a) Riscos trabalhistas

No âmbito trabalhista, referem-se às ações envolvendo indenização por acidentes, responsabilidade solidária e/ou subsidiária decorrentes de processos envolvendo empregados de empresas parceiras, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras, e outros processos trabalhistas envolvendo empregados próprios.

b) Riscos cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

c) Riscos regulatórios

c1). Auto de Infração SFE-0032-18, tema geração distribuída, no valor original de R\$ 13.035. Após apreciação do recurso apresentado pela Companhia, a Diretoria da ANEEL decidiu pela manutenção do valor total da penalidade de multa de R\$ 13.035. Em outubro de 2020 houve pagamento parcial da multa no montante principal de R\$ 6.435 e juros de R\$ 547. O montante provisionado atualizado até 30 de setembro de 2022 corresponde a R\$ 4.993, que permanece em discussão judicial. O valor restante, está classificado como possível.

c2). Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE - tema teleatendimento. A ANEEL decidiu, em processo da CEB - Companhia Energética de Brasília na 7ª Reunião Pública

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ordinária de 10 de março de 2020, que a Não Conformidade NC.1, referente a “Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização” que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da Companhia, deveria ser cancelada visto que “a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento”. Portanto, houve a reversão do montante equivalente da Não-Conformidade 1 (NC.1) de R\$ 1.388, em abril 2020. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R\$ 3.793. Em 05 de setembro de 2022, a Procuradoria Federal emitiu parecer que opinou por converter a penalidade de multa aplicada à Não Conformidade N.5 em advertência, bem como alterar o valor total da penalidade de multa para R\$ 2.905, resultando na reversão de R\$ 887 em setembro de 2022. O montante provisionado atualizado até 30 de setembro de 2022 corresponde a R\$ 3.527. A Companhia apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional.

- c3).** Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, agravado pela ANEEL em segunda instância, e está em discussão no âmbito judicial. Sendo o valor atual da multa R\$ 1.691. O montante provisionado atualizado até 30 de setembro de 2022 corresponde a R\$ 2.559. O valor restante, está classificado como possível.
- c4).** Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C referente à Base de Remuneração, recebido em agosto de 2012, no valor de R\$ 20.637. Após interposição de recurso pela Companhia, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 11.188. O montante provisionado atualizado até 30 de setembro de 2022 corresponde a R\$ 22.523. O processo está em discussão no âmbito judicial.

d) Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

26.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	30.09.2022	31.12.2021
Trabalhistas (a)	198.314	585.523
Cíveis (b)	2.084.016	1.743.513
Fiscais (c)	992.051	874.171
Juizados especiais	1.062	2.109
Regulatórios	5.563	25.276
Total	3.281.006	3.230.592

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia apresenta a seguir os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

a) Trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda. Incluem-se na base, ações previdenciárias que passaram a ser considerados no relatório de contingência 43 casos com prognóstico possível que totalizam R\$ 110.496 em 30 de setembro de 2022.

b) Cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

c) Fiscal

c1). Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; (vii) energia adquirida para consumo próprio; (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais, (ix) ICMS sobre Fundo Estadual de Combate à Pobreza de clientes isentos e ICMS de alguns clientes de geração distribuída. Os montantes envolvidos, em todos os casos totalizam R\$ 814.687 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 723.701 em 31 de dezembro de 2021).

Em setembro de 2022 foram encerrados de forma favorável à Companhia dois autos de infração que discutiam ICMS de faturas de produtor rural, no valor total de R\$ 27.800.

c2). Temas municipais

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 56.644 e R\$ 5.002 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 44.957 e R\$ 4.735 em 31 de dezembro de 2021). Há ainda alguns autos de infração lavrados pelos municípios de Sobral, Ipueiras, Parambu, Caucaia, Cascavel e Várzea Alegre. O valor total atualizado desses autos, em 30 de setembro de 2022 é de R\$ 12.921 (R\$ 11.835 em 31 de dezembro de 2021).

Também há auto de infração lavrado pelo município de Crato para cobrar diferença de contribuição de iluminação pública. O valor atualizado em 30 de setembro de 2022 é de R\$ 14.886 (R\$ 14.023 em 31 de dezembro de 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c3). Temas federais

No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e PASEP. O valor total atualizado desses casos é de R\$ 54.864 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 53.776 em 31 de dezembro de 2021).

d) Regulatórios

No âmbito regulatório, a Companhia possui valores classificados como possíveis referentes a processos administrativos punitivos junto à ARCE/ANEEL, a saber: (i) R\$ 3.767, referente ao Auto de Infração SFE-0032-18, tema geração distribuída e (ii) R\$ 784, referente ao Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, tema Qualidade do Atendimento Comercial.

26.3 Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	30.09.2022	31.12.2021
Trabalhistas	19.463	18.210
Cíveis	26.516	26.731
Fiscais	4.063	3.857
Total	50.042	48.798

27. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 1.085.347 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 914.346 em 31 de dezembro de 2021). Em 19 de abril de 2022 foi realizado o aumento de capital no montante de R\$ 171.000, via capitalização de reservas, sem emissão de ações. As ações não apresentam valor nominal e são assim distribuídas:

	30.09.2022	31.12.2021
	(Em unidades)	(Em unidades)
Ações Ordinárias	48.067.937	48.067.937
Ações Preferenciais A	28.252.700	28.252.700
Ações Preferenciais B	1.534.662	1.534.662
Total	77.855.299	77.855.299

	Ações preferenciais (em unidade)						Total (em unidades)	
	Classe A		Classe B		Total (II)		(I) + (II)	
Enel Brasil S.A.	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Outros	13.696.938	48,48%	3.097	0,20%	13.700.035	45,99%	14.703.727	18,89%
Total de Ações	28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,00%	77.855.299	100,00%

b) Capital social autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o estatuto social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos exercícios apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social.

d) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

e) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

f) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, vide nota explicativa nº11.

g) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2022	30.09.2021
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	963	8.420
Tributos diferidos sobre ganho atuarial em benefícios pós-emprego	(328)	(2.863)
Ganho (Perda) de instrumentos financeiros derivativos	(54.129)	(1.430)
Tributos diferidos sobre perda/ganho instrumentos financeiros derivativos	18.404	485
Total	(35.090)	4.612

h) Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 12 de abril de 2022, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a qual segue: (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 131.309, sendo que deste montante foram pagos R\$ 117.000 de juros sobre capital próprio; (ii) reserva de reforço de capital de giro no montante de R\$ 337.197. Do montante destinado a reforço de capital de giro, foi deliberada a capitalização de R\$ 171.000 pois as reservas ultrapassavam o capital social da Companhia.

i) Aprovação de pagamento de Juros sobre Capital Próprio - TJLP

Em 28 de junho de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, calculado sobre o patrimônio líquido da Companhia de 2021, com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, calculada até 01 de julho de 2022, no montante de até R\$95.000. O pagamento ocorrerá até 30 de dezembro de 2022 aos acionistas titulares de ações da Companhia no final do dia 01 de julho de 2022.

28. Resultado por ação

	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Numerador (em R\$ mil)				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia				
Lucro disponível aos acionistas ordinários	49.613	240.510	51.271	221.821
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	29.161	141.364	30.135	130.379
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	1.584	7.679	1.637	7.082
	80.358	389.553	83.043	359.282
Denominador (em unidades de ações)				
Número de ações ordinárias	48.067.937	48.067.937	48.067.937	48.067.937
Número de ações preferenciais - Classe A	28.252.700	28.252.700	28.252.700	28.252.700
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534.662	1.534.662	1.534.662	1.534.662
	77.855.299	77.855.299	77.855.299	77.855.299
Percentual por ação				
Ações ordinárias	61,7401%	61,7401%	61,7401%	61,7401%
Ações preferenciais - classe A	36,2887%	36,2887%	36,2887%	36,2887%
Ações preferenciais - classe B	1,9712%	1,9712%	1,9712%	1,9712%
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)				
Ação ordinária	1,0322	5,0036	1,0666	4,6147
Ação preferencial - Classe A	1,0941	5,3038	1,1306	4,8916
Ação preferencial - Classe B	1,1354	5,5039	1,1733	5,0762

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no período.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe "B" poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe "A", a requerimento do interessado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Receita líquida

	01.01.2022 a 30.09.2022			Reapresentado		
	01.01.2021 a 30.09.2021					
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	3.519.858	3.683.406	2.309.559	3.288.455	4.091.134	2.321.996
Industrial	5.866	388.129	685.603	6.071	422.398	609.954
Comercial	182.045	1.132.499	1.247.393	183.179	1.124.884	1.047.282
Rural	551.284	822.972	556.791	580.726	928.614	560.569
Poder público	35.838	466.495	459.322	31.599	382.767	332.788
Iluminação pública	11.441	472.675	271.664	11.573	469.664	217.069
Serviço público	5.008	219.183	207.421	8.562	225.709	172.062
Suprimento e revenda	2	8.791	849	2	8.468	648
Fornecimento faturado	4.311.342	7.194.150	5.738.602	4.110.167	7.653.638	5.262.368
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	362.928	-	-	385.195
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(28.826)	-	-	(20.563)
Receitas com partes relacionadas (vide nota 21)	-	-	-	-	-	55
Total receitas - originadas de contratos com clientes	4.311.342	7.194.150	6.072.704	4.110.167	7.653.638	5.627.055
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	637.876	-	-	960.487
Subvenção baixa renda	-	-	200.140	-	-	156.431
Subvenção de recursos da CDE	-	-	168.286	-	-	179.826
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	675	2.047.875	349.550	535	1.885.343	263.267
Receita de construção	-	-	1.486.702	-	-	765.898
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	59.825	-	-	218.458
Atualização do ativo financeiro da concessão (a)	-	-	136.977	-	-	216.364
Outras receitas	-	-	123.532	-	-	110.373
Total outras receitas	675	2.047.875	3.162.888	535	1.885.343	2.871.104
Receita operacional bruta	4.312.017	9.242.025	9.235.592	4.110.702	9.538.981	8.498.159
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(1.477.524)	-	-	(1.411.750)
COFINS - corrente	-	-	(476.121)	-	-	(479.475)
PIS - corrente	-	-	(103.368)	-	-	(104.096)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(46.487)	-	-	(47.418)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(425.483)	-	-	(261.871)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(348.072)	-	-	(393.175)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(7.640)	-	-	(5.377)
ISS	-	-	(5.031)	-	-	(4.975)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(2.889.726)	-	-	(2.708.137)
Receita operacional líquida	4.312.017	9.242.025	6.345.866	4.110.702	9.538.981	5.790.022

(a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 2.1.5, a Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, poderia ser melhor classificada no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas a sua atividade fim.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01.07.2022 a 30.09.2022			Reapresentado		
	01.07.2021 a 30.09.2021					
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	3.519.858	1.219.348	828.765	3.288.455	1.525.327	965.323
Industrial	5.866	135.142	232.896	6.071	151.097	230.826
Comercial	182.045	365.584	392.592	183.179	385.734	393.075
Rural	551.284	281.234	171.629	580.726	326.527	207.399
Poder público	35.838	155.147	147.113	31.599	136.053	128.307
Iluminação pública	11.441	148.142	72.030	11.573	126.333	69.939
Serviço público	5.008	65.904	64.008	8.562	80.598	65.990
Suprimento e revenda	2	2.914	297	2	2.809	239
Fornecimento faturado	4.311.342	2.373.415	1.909.330	4.110.167	2.734.478	2.061.098
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	(28.516)	-	-	56.307
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(9.704)	-	-	(7.707)
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	-	-	-	21
Total receitas - originadas de contratos com clientes	4.311.342	2.373.415	1.871.110	4.110.167	2.734.478	2.109.719
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	138.630	-	-	569.041
Subvenção baixa renda	-	-	79.341	-	-	52.953
Subvenção de recursos da CDE	-	-	53.309	-	-	62.105
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	675	719.952	130.093	535	665.795	98.874
Receita de construção	-	-	662.936	-	-	290.492
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	23.267	-	-	179.449
Atualização do ativo financeiro da concessão (a)	-	-	(57.989)	-	-	96.617
Outras receitas	-	-	40.750	-	-	54.025
Total outras receitas	675	719.952	1.070.337	535	665.795	1.403.556
Receita operacional bruta	4.312.017	3.093.367	2.941.447	4.110.702	3.400.273	3.513.275
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(396.038)	-	-	(524.775)
COFINS - corrente	-	-	(150.876)	-	-	(201.999)
PIS - corrente	-	-	(32.756)	-	-	(43.854)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(15.744)	-	-	(19.313)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(140.285)	-	-	(95.825)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	1.358	-	-	(269.163)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(2.691)	-	-	(2.258)
ISS	-	-	(1.643)	-	-	(1.672)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(738.675)	-	-	(1.158.859)
Receita operacional líquida	4.312.017	3.093.367	2.202.772	4.110.702	3.400.273	2.354.416

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Receitas (custo/despesas) operacionais

	01.01.2022 a 30.09.2022					01.01.2021 a 30.09.2021						
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperavel	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperavel	Outras	Total
Pessoal	(87.912)	-	(30.734)	-	-	(118.646)	(103.222)	-	(29.206)	-	-	(132.428)
Material	(32.710)	-	13.035	-	-	(19.675)	(24.398)	-	8.386	-	-	(16.012)
Serviços de terceiros	(434.640)	(7.175)	(40.155)	-	-	(481.970)	(395.094)	(6.670)	(30.561)	-	-	(432.325)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.489.428)	-	-	-	-	(2.489.428)	(2.766.238)	-	-	-	-	(2.766.238)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(543.645)	-	-	-	-	(543.645)	(576.074)	-	-	-	-	(576.074)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	-	-	-	-	-	-	7.136	-	-	-	-	7.136
Depreciação e amortização	(238.066)	-	(19.196)	-	-	(257.262)	(235.733)	-	(2.562)	-	-	(238.295)
Custo na desativação de bens	(893)	-	-	-	-	(893)	-	-	-	-	-	-
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(100.147)	-	(100.147)	-	-	-	(120.949)	-	(120.949)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(11.329)	-	(11.329)	-	-	-	(40.157)	-	(40.157)
Custo de construção	(1.486.702)	-	-	-	-	(1.486.702)	(765.898)	-	-	-	-	(765.898)
Provisão para processos judiciais e outros riscos	-	-	(16.952)	-	-	(16.952)	-	-	(34.310)	-	-	(34.310)
Outras despesas operacionais	(46.332)	-	(34.549)	-	(178)	(81.059)	(28.652)	-	(40.545)	-	-	(69.197)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	-	-	-	-	67.603	67.603	-	-	-	-	11.063	11.063
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	6.188	6.188	-	-	-	-	3.101	3.101
Subtotal	(5.360.328)	(7.175)	(128.551)	(111.476)	73.613	(5.533.917)	(4.888.173)	(6.670)	(128.798)	(161.106)	14.164	(5.170.583)

	01.07.2022 a 30.09.2022					01.07.2021 a 30.09.2021						
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total
Pessoal	(21.677)	-	(9.871)	-	-	(31.548)	(43.952)	-	6.158	-	-	(37.794)
Material	(8.872)	-	8.164	-	-	(708)	43.995	-	8.538	-	-	52.533
Serviços de terceiros	(147.015)	(2.882)	(7.764)	-	-	(157.661)	(231.923)	(6.670)	(8.891)	-	-	(247.484)
Energia elétrica comprada para revenda	(864.957)	-	-	-	-	(864.957)	(1.196.267)	-	-	-	-	(1.196.267)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(190.382)	-	-	-	-	(190.382)	(233.740)	-	-	-	-	(233.740)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	4
Depreciação e amortização	(62.843)	-	(5.258)	-	-	(68.101)	(74.731)	-	(805)	-	-	(75.536)
Custo na desativação de bens	(1.661)	-	-	-	-	(1.661)	-	-	-	-	-	-
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(27.643)	-	(27.643)	-	-	-	(94.551)	-	(94.551)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(1.637)	-	(1.637)	-	-	-	(14.615)	-	(14.615)
Custo de construção	(662.936)	-	-	-	-	(662.936)	(290.492)	-	-	-	-	(290.492)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(2.789)	-	-	(2.789)	-	-	(33.127)	-	-	(33.127)
Outras despesas operacionais	(14.188)	-	(21.577)	-	107	(35.658)	(15.180)	-	(13.113)	-	-	(28.293)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	-	-	-	-	15.872	15.872	-	-	-	-	4.841	4.841
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	2.361	2.361	-	-	-	-	2.213	2.213
Subtotal	(1.974.531)	(2.882)	(39.095)	(29.280)	18.340	(2.027.448)	(2.042.286)	(6.670)	(41.240)	(109.166)	7.054	(2.192.308)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Resultado financeiro

	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022	Reapresentado	
			01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	7.220	17.733	1.658	5.760
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	16.996	39.264	25.655	67.957
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	75.438	174.403	14.818	34.089
Variação cambial	2.606	5.418	1.436	3.299
Variação cambial de dívida	(16.108)	56.009	(37.313)	121.563
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	19.510	35.471	29.896	174.890
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	(789)	207	-	-
Juros fundo de pensão	9	26	4	13
Outras receitas financeiras	3.051	11.740	17.564	21.519
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(4.887)	(11.540)	(2.782)	(5.945)
Subtotal	103.046	328.731	50.936	423.145
Despesas financeiras				
Variação monetária de dívidas	(5)	(15.861)	(7.243)	(22.965)
Variação monetária de debêntures	11.945	(36.965)	(19.965)	(55.944)
Variação cambial de dívidas	(35.438)	(35.568)	(30.486)	(175.488)
Variação cambial	(157)	(1.022)	(2.894)	(5.439)
Encargos de dívidas	(33.908)	(110.563)	(14.068)	(31.133)
Juros debêntures	(35.838)	(89.613)	(22.253)	(55.979)
Encargos fundo de pensão	(1.895)	(5.687)	(1.697)	(5.091)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(42.021)	(81.833)	(2.286)	(14.209)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(8.884)	(28.757)	(13.633)	(32.490)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	31.590	(55.420)	36.751	(122.042)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	18.633	(9.292)	-	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(58.488)	(122.955)	(9.276)	(15.954)
Dívida - Marcação a mercado	(29.125)	(29.125)	-	-
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	43	149	71	233
Atualizações de impostos	(1.395)	(3.656)	(1.200)	(3.390)
Atualização P&D/PEE	(666)	(2.475)	(429)	(2.128)
IOF/IOC	(1.325)	(8.926)	(14)	(15)
Apropriação custo de transação	(1.223)	(2.825)	(716)	(2.149)
Comissão de fiança e seguro garantia	(1.104)	(3.397)	(237)	(1.708)
Juros em arrendamento	(1.078)	(1.957)	(39)	(139)
Outras despesas financeiras	(3.995)	(14.404)	(7.018)	(14.842)
Subtotal	(194.334)	(660.152)	(96.632)	(560.872)
Total do resultado financeiro	(91.288)	(331.421)	(45.696)	(137.727)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das provisões de imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	01.01.2022 a 30.09.2022		01.01.2021 a 30.09.2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(96.170)	(38.112)	(152.530)	(54.951)
Diferidos	5.622	2.055	29.785	10.674
Incentivo fiscal	35.630	-	44.592	-
Total	(54.918)	(36.057)	(78.153)	(44.277)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	480.528	480.528	481.712	481.712
Adições:				
Gratificação a administradores	15.457	15.457	12.170	12.170
Doações	191	191	175	175
Perdão de Dívida Inadutível	14.872	14.872	-	-
Outras despesas inadutíveis	-	-	-	-
Juros sob capital Próprio (JSCP)	(137.000)	(137.000)	-	-
Total das adições	(106.480)	(106.480)	12.345	12.345
Base de cálculo	374.048	374.048	494.057	494.057
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(93.500)	(33.663)	(123.496)	(44.465)
Incentivos fiscais	36.215	-	44.592	-
Ajustes de períodos anteriores	(27)	-	751	188
Total da despesa com tributos	(57.312)	(33.663)	(78.153)	(44.277)
Alíquota efetiva	11,43%	7,50%	16,22%	9,19%

Conforme o artigo 228 do Regulamento do Imposto de Renda, a alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre o lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$20/mês.

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos Patrimoniais		Resultado		Outros resultados abangentes	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	30.09.2021	30.09.2022	30.09.2021
Tributos diferidos ativos:						
Provisões para processos judiciais e outros riscos	76.927	82.061	(5.134)	10.522	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	209.419	171.516	37.903	57.006	-	-
Provisão perda de bens	1.805	1.805	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	59.212	59.541	(1)	-	(328)	(2.863)
Instrumentos financeiros derivativos - PL	33.861	3.262	15.414	-	15.185	112
Arrendamento - CPC 06 (R2)	508	369	139	(23)	-	-
Outras provisões	35.041	34.862	179	21.482	-	-
Total dos diferidos ativos	416.773	353.416	48.500	88.987	14.857	(2.751)
Tributos diferidos passivos:						
Correção Monetária Especial (CME) e Complementar (CMC)	(1.403)	(1.434)	31	34	-	-
Ativo indenizável (concessão)	(341.178)	(294.160)	(47.018)	(73.564)	-	-
Desreconhecimento de passivo regulatório	419	-	419	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	-	(44)	44	27.663	-	(347)
Instrumentos financeiros derivativos - Resultado	-	(5.701)	5.701	(2.661)	-	-
Total dos diferidos passivos	(342.162)	(301.339)	(40.823)	(48.528)	-	(347)
Ativo fiscal diferido, líquido	74.611	52.077	7.677	40.459	14.857	(3.098)
Realização do benefício fiscal da incorporação	-	-	-	-	-	-
Total (despesa) receita com imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	7.677	40.459	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia estima que os saldos em 30 de setembro de 2022, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

33. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do estado do Ceará. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios.

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

33.1 Instrumentos financeiros

33.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

			30.09.2022		31.12.2021	
Rúbrica	Categoria	Nível*	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	216.233	216.233	204.316	204.316
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	84.438	84.438	80.648	80.648
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	31.963	31.963	31.101	31.101
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	Custo amortizado	2	1.825.301	1.825.301	1.721.911	1.721.911
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	498.675	498.675	518.671	518.671
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	1.420	1.420	43.594	43.594
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	17.908	17.908	-	-
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	4.548.921	4.548.921	3.912.580	3.912.580
Total do ativo			7.224.859	7.224.859	6.512.821	6.512.821
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	928.391	918.598	1.045.232	833.509
Debêntures em moeda nacional	Custo amortizado	2	1.325.417	1.331.592	1.453.953	1.462.277
Debêntures em moeda nacional marcadas a mercado	Valor justo por meio de resultado	2	617.322	617.322	-	-
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	1.349.546	1.208.365	1.222.483	583.349
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Valor justo por meio de resultado	2	243.350	243.350	36.294	36.294
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	71.883	71.883	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de resultado	2	17.908	17.908	20.586	20.586
Arrendamentos	Custo amortizado	2	35.114	35.114	-	-
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.429.950	1.429.950	1.410.469	1.410.469
Total do passivo			6.018.881	5.874.082	5.189.017	4.346.484

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “*expertise*” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados abaixo:

Contraparte	Contratos de swaps:	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	BRL	
					30.09.2022	31.12.2021
Scotiabank III		06/01/2021	06/01/2023	CDI + 0,80%	1.420	21.337
BNP II		01/04/2021	28/03/2024	CDI + 1,18%	(17.065)	(7.462)
BNP III		01/04/2021	28/03/2022	CDI + 0,55%	-	(6.059)
Scotiabank IV		16/07/2021	17/07/2023	CDI + 1,25%	(8.522)	5.466
Sumitomo		15/10/2021	15/10/2024	CDI + 1,12%	(46.297)	(5.982)
Citibank		24/03/2022	21/03/2025	CDI + 1,17%	17.438	-
Itaú I (8ª Debêntures)		30/05/2022	17/05/2032	CDI + 0,83%	(6.211)	-
Itaú II (8ª Debêntures)		30/05/2022	17/05/2032	CDI + 0,83%	(4.658)	-
BTG Pactual (8ª Debêntures)		30/05/2022	17/05/2032	CDI + 0,78%	(7.039)	-
Scotiabank V		23/09/2022	23/09/2026	CDI + 1,62%	469	-
Total					(70.465)	7.300

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2020	64.356
Efeito no resultado financeiro	36.894
Marcação a mercado no patrimônio líquido	692
Recebimento de principal	(105.750)
Recebimento de Juros	10.205
Saldos em 30 de setembro de 2021	6.397
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.300
Efeito no resultado financeiro	(142.903)
Marcação a mercado no resultado	(9.085)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(44.661)
Recebimento de principal	22.816
Pagamento de juros	96.068
Recebimento de Juros	-
Saldo em 30 de setembro de 2022	(70.465)

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) em 30 de setembro de 2022 estão dispostos a seguir:

Derivativo	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado	Valor de referência (Notional) BRL	Categoria
Fixo (USD) x DI 06.01.21 Scotiabank III	1.420	8.359	(6.939)	-	400.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 01.04.21 BNP II	(17.065)	(8.549)	(8.516)	-	135.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 01.04.21 BNP III	-	-	-	-	135.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 16.07.21 Scotiabank IV	(8.522)	801	(9.323)	-	210.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 15.10.21 Sumitomo	(46.297)	(23.703)	(22.595)	-	278.250	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 24.03.22 Citibank	17.438	24.194	(6.756)	-	271.700	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 24.03.22 Debêntures Itaú I	(6.211)	(5.833)	-	(378)	200.000	Valor justo por meio do Resultado
Fixo (USD) x DI 24.03.22 Debêntures Itaú II	(4.658)	(4.374)	-	(284)	150.000	Valor justo por meio do Resultado
Fixo (USD) x DI 24.03.22 Debêntures BTG Pa	(7.039)	(7.246)	-	207	250.000	Valor justo por meio do Resultado
Fixo (USD) x DI 23.09.22 Scotiabank V	469	9.761	-	(9.292)	230.000	Valor justo por meio do Resultado
Total	(70.465)	(6.590)	(54.129)	(9.747)	2.259.950	

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como: (i) *hedge* de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) *hedge* de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor justo das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 30 de setembro de 2022.

(i) *Hedge* de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Sumário da posição dos contratos

Os contratos com instrumento financeiro derivativo em aberto em 30 de junho de 2022 estão demonstrados acima.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Divida	Taxa de juros contratual a.a.	Total	Categoria
Scotiabank III	USD + 1,225%	421.587	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,225%	(413.081)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,80%	411.660	Cashflow hedge
		420.166	
BNP II	USD + 2,14%	126.600	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,14%	(118.436)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,18%	135.502	Cashflow hedge
		143.666	
Scotiabank IV	USD + 1,51%	217.044	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,51%	(208.453)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,25%	216.975	Cashflow hedge
		225.566	
Sumitomo	USD + 2,1257%	272.207	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,1257%	(249.738)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,12%	296.035	Cashflow hedge
		318.504	
Citibank	USD SOFR + 0,9059%	296.799	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 0,9059%	(279.840)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,17%	262.402	Cashflow hedge
		279.361	
8ª Debêntures	IPCA + 6,2137%	636.928	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(202.679)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	208.890	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(152.009)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	156.667	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(253.102)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,78%	260.141	Fair value hedge
		654.836	
Scotiabank V	USD + 5,45%	243.349	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(241.913)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%	241.444	Fair value hedge
		242.880	

A diferença entre o valor na curva (accrual) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 30 de setembro de 2022, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

33.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel SpA), que estabelece as diretrizes para a gestão de riscos por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, da Companhia observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Adicionalmente, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável às empresas da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 38 subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; monitorar e autorizar eventuais quebras de limites; definir estratégias de risco mediante a elaboração de planos de ação e definição de instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de riscos do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as Unidades de Negócio e a área de Controles Internos são a primeira linha de defesa, a área de Gestão de Riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três linhas desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a Alta Administração e a Diretoria atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a Alta Administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração, por sua vez, pela segunda e terceira linhas de defesa.

A área de Controle de Riscos possui Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e é responsável pelo sistema de gestão de riscos. Esta área atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas do Grupo, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar e avaliar de forma qualitativa e quantitativa a probabilidade de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

materialização e o impacto monetário dentro da fase de avaliação dos riscos, bem como realizar o devido tratamento e monitoramento destes riscos, através da definição de ações de mitigação e elaboração de planos de ação em conjunto com as Unidades de Negócio e seus respectivos *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de Controle de Riscos mantendo boas práticas de governança corporativa e assegurando a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina, sendo também responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação destes riscos.

b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

b1). Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de setembro de 2022 é:

	Nota	30.09.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	187.196	204.316
Títulos e valores mobiliários	b.1.1	82.010	80.648
Instrumentos financeiros derivativos	b.1.1	(70.465)	7.300
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	b.1.2	1.824.140	1.721.911
Ativos financeiros setoriais	b.1.3	498.675	518.671
Ativo indenizável (concessão)	b.1.3	4.428.649	3.912.580
		6.950.205	6.445.426

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa no 7).

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com as variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, elas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de setembro de 2022, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos, com a seguinte classificação de risco, realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Instrumentos Financeiros Derivativos	30.09.2022	31.12.2021
AA-	(70.465)	7.300
Total geral	(70.465)	7.300

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.09.2022	31.12.2021
AAA	236.096	257.086
AA+	117	14
Total geral	236.213	257.100

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis	30.09.2022	31.12.2021
AA-	1.824.140	1.721.911
Total geral	1.824.140	1.721.911

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.1.4) Operação com instrumento derivativo

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

b2). Gerenciamento de Capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

	30.09.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	2.521.287	2.267.715
Debentures (Nota 21)	1.942.737	1.453.953
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 33)	70.465	(7.300)
Dívida	4.534.489	3.714.368
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(204.316)	(204.316)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(80.648)	(80.648)
Dívida líquida (a)	4.249.525	3.429.404
Patrimônio líquido (b) (Nota 27)	3.486.805	3.387.355
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	55%	50%

O índice de endividamento em 30 de setembro de 2022 é de 53% (50% em 31 de dezembro de 2021), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

b3). Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco:

- (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros;
- (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados;
- (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez;
- (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de *hedge* para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 30 de setembro de 2022 é de R\$ 80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 800.000.

Com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 600.000, através do despacho Nº 1.540 de 28 de maio de 2021, o qual passou a R\$ 1.400.000. Mais recentemente, esse limite foi ampliado em mais R\$ 500.000, por meio do despacho nº 3.754 de 21 de novembro de 2021, totalizando R\$ 1.900.000.

A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA e Enel CIEN, aprovado pela ANEEL, por meio do despacho Nº 647/2021, no valor de até R\$ 250.000.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Saldo em 30 de setembro de 2022						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	3.518	699	662.371	656.696	-	1.323.284
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	(572)	8.548	52.295	525.295	28.758	614.324
Debêntures	172	223.127	283.799	1.142.698	808.746	2.458.542
Instrumentos financeiros derivativos - recebimentos	16.385	21.512	127.792	242.317	116.840	524.846
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	152.417	-	83.614	624.940	-	860.971
Total	171.920	253.886	1.209.871	3.191.946	954.344	5.781.967

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos no quadro abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Saldo em 30 de setembro de 2022						
Instrumentos financeiros derivativos – pagamentos / (recebimentos)	16.385	21.512	127.792	242.317	116.840	524.846
Total	16.385	21.512	127.792	242.317	116.840	524.846

b4). Riscos de mercado

b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possuía 99% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA, Libor, TJLP e USD SOFR), com a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.09.2022	%	31.12.2021	%
Selic	249	0,09%	600	0,23%
CDI	267.429	99,91%	256.500	99,77%
Total	267.678	100,00%	257.100	100,00%

Ativo Financeiro Indenizável	30.09.2022	%	31.12.2021	%
IPCA	4.548.921	100,00%	3.912.580	100,00%
Total	4.548.921	100,00%	3.912.580	100,00%

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	30.09.2022	%	31.12.2021	%
Taxa fixa	35.554	0,79%	36.099	0,98%
TJLP	668	0,01%	665	0,02%
CDI	3.246.412	71,59%	2.483.939	66,87%
IPCA	1.228.663	27,10%	1.187.282	31,96%
Libor	6.232	0,14%	6.383	0,17%
USD SOFR	16.959	0,37%	-	0,00%
Total	4.534.488	100,00%	3.714.368	100,00%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 30 de setembro de 2022 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (Índices projetados divulgados pela B3).

Ativos Financeiros	Posição em 30.09.2022	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
SELIC		6,60%	9,89%	13,19%	16,49%	19,79%
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	236.213	15.590	23.361	31.163	38.952	46.747
CDI		6,60%	9,89%	13,19%	16,49%	19,79%
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	236.213	15.590	23.361	31.163	38.952	46.747
IPCA		2,54%	3,81%	5,08%	6,35%	7,62%
Ativo indenizável	4.548.921	115.543	173.314	231.079	288.856	346.628
Subtotal Receitas	5.021.347	146.723	220.036	293.405	366.760	440.122

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota 20 e 21.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dívidas	Posição em 30.09.2022	Projeção despesas financeiras - 01 ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI						
DEBÊNTURES 5ª EMISSÃO - 1 SÉRIE (CEAR15)	182.110	3.386	4.832	6.237	7.604	8.934
DEBÊNTURES 6ª EMISSÃO (CEAR 16)	41.643	2.365	3.355	4.318	5.254	6.165
DEBÊNTURES 7ª EMISSÃO (COCE 17)	176.018	6.282	9.076	11.791	14.433	17.005
EFI - Credit Agreement	506.148	38.379	54.327	69.831	84.916	99.606
Mútuo Coelce - Enel BR IX	50.278	305	438	567	692	815
Mútuo Coelce - Enel BR X	100.497	635	901	1.159	1.410	1.655
IPCA						
BNB Contrato Nº 16.2018.204.23875 - SEMIÁRIDO	140.857	6.041	7.517	8.978	10.424	11.856
BNB Contrato Nº 16.2018.204.23875 - OUTRAS REGIÕES	126.847	5.440	6.769	8.085	9.387	10.677
DEBÊNTURES 5ª EMISSÃO - 2 SÉRIE (CEAR25)	197.137	15.808	17.880	19.931	21.962	23.972
DEBÊNTURES 6ª EMISSÃO (CEAR 26)	348.762	28.652	32.319	35.948	39.540	43.098
DEBÊNTURES 7ª EMISSÃO (COCE 27)	379.747	24.916	28.902	32.848	36.755	40.623
Fixo						
BNDES CAPEX 12 FINAME	3.095	69	69	69	69	69
TJLP						
FINEP - COELCE	668	30	41	52	62	73
USD - Fixo						
BOND P - BÔNUS AO PAR	9.075	(5.013)	(1.443)	1.164	3.230	4.947
USD - Libor						
BOND D - BÔNUS DE DESCONTO	6.232	(3.596)	(1.077)	785	2.277	3.531
Swap						
SCOTIABANK 4131 III - COELCE	421.587	(95.271)	(40.592)	(661)	30.978	57.269
SCOTIABANK 4131 SWAP III - COELCE PA	(413.081)	93.349	39.773	648	(30.353)	(56.114)
SCOTIABANK 4131 SWAP III - COELCE PP	411.660	10.207	14.565	18.800	22.920	26.931
BNP 4131 II - COELCE	126.600	(74.635)	(24.991)	11.263	39.989	63.859
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PA	(118.436)	69.822	23.380	(10.537)	(37.410)	(59.741)
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PP	135.502	10.517	14.787	18.939	22.978	26.911
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	217.044	(108.156)	(37.283)	14.474	55.483	89.561
SCOTIABANK 4131 SWAP IV - COELCE PA	(208.453)	103.875	35.808	(13.901)	(53.287)	(86.016)
SCOTIABANK 4131 SWAP IV - COELCE PP	216.975	14.215	19.938	25.502	30.914	36.184
Sumitomo 4131 - COELCE	272.207	(160.511)	(53.772)	24.179	85.942	137.266
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PA	(249.738)	147.262	49.333	(22.183)	(78.848)	(125.936)
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PP	296.035	22.801	32.129	41.198	50.022	58.615
CITIBANK 4131 - COELCE	296.799	9.472	(50.881)	16.124	19.450	22.776
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PA	(279.840)	(9.472)	47.974	(16.124)	(19.450)	(22.776)
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PP	262.402	20.341	28.610	36.649	44.471	52.087
DEBÊNTURES 8ª EMISSÃO	617.322	51.674	58.163	64.587	70.949	77.247
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PA	(202.679)	(16.576)	(18.706)	(20.815)	(22.903)	(24.970)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PP	208.890	15.485	22.066	28.464	34.689	40.750
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PA	(152.009)	(12.432)	(14.030)	(15.611)	(17.177)	(18.728)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PP	156.667	11.614	16.549	21.348	26.016	30.563
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PA	(253.102)	(20.700)	(23.360)	(25.993)	(28.601)	(31.183)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PP	260.141	19.154	27.350	35.317	43.069	50.617
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	243.349	(136.073)	(40.394)	29.479	84.842	130.848
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PA	(241.913)	135.270	40.156	(29.305)	(84.342)	(130.076)
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PP	241.444	19.795	27.406	34.806	42.006	49.016
Subtotal Despesas	4.534.487	244.726	357.884	468.410	570.362	667.986
Total da exposição líquida	486.860	(98.003)	(137.848)	(175.005)	(203.602)	(227.864)

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

b.4.2) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas à moeda estrangeira possuem contratos de swap. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 30 de setembro de 2022.

	30.09.2022
Passivos em moeda estrangeira	
Empréstimos e financiamento	1.592.892
Exposição patrimonial	1.592.892
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(2.119.252)
Exposição líquida	(526.360)

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

b.4.3) Risco de preço Regulação

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Outros riscos

c1). Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

34. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 1.053.213 em 2022, R\$ 4.217.244 em 2023, R\$ 2.765.913 em 2024, R\$ 2.669.355 em 2025 e R\$ 48.154.024 após 2025.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 que foram homologados pela ANEEL.

35. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Bens Segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2021	31/10/2022	R\$ 1.075.105	R\$ 6.569.700
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2021	31/10/2022	R\$ 0	R\$ 112.814
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2021	10/11/2022	R\$ 0	R\$ 82.725
-	Riscos ambientais	31/10/2021	31/10/2022	N/A	R\$ 131.934
-	Riscos frota	30/07/2021	30/07/2022	N/A	R\$ 1.000

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

36. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	30.09.2022	30.09.2021
Compensações de PIS e COFINS (nota 18)	(255.043)	(180.821)

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato).

A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros de empréstimos e debentures alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	30.09.2022	30.09.2021
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(193.263)	(75.954)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(149)	(207)
	(193.412)	(76.161)

Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Efeito caixa			Nota explicativa	
Demonstrações do fluxo de caixa	30.09.2022	30.09.2021	Nº	Descrição
Atividades de financiamentos:				
Captação de empréstimos e financiamentos	2.059.119	1.380.000	20	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.192.555)	(669.400)	20	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(15.172)	(1.326)	22	Obrigações por arrendamentos
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	(22.816)	105.750	33	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Parcelamento especial	-	(1.490)	19	Obrigações fiscais
Pagamentos de dividendos	-	(40.000)	Conforme demonstrado no quadro a seguir	
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	828.576	773.534		

A Companhia não pagou dividendos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022.

37. Eventos subsequentes

a) Juros sobre capital próprio

Em 07 de outubro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, calculado sobre o patrimônio líquido da Companhia de 2021, com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, calculada até 30 de setembro de 2022, no montante de até R\$ 42.000. O pagamento ocorrerá até 31 de dezembro de 2022 aos acionistas titulares de ações da Companhia.

b) Novo contrato de mútuo com Enel Brasil

Em 20 de outubro de 2022, a Companhia com necessidade de capital de giro captou nova operação de mútuo com a Enel Brasil no montante de R\$ 20.082 com vencimento em 27 de outubro de 2022 a uma taxa de CDI + 1,06% a.a.